



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TURISMO E
SUSTENTABILIDADE
SOCIOCULTURAL: O CASO
DOS PATAXÓ NO EXTREMO
SUL**

Clébia Rodrigues de Carvalho

**UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO CEARÁ - UECE**

Citação: CARVALHO, R. C.
POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TURISMO E
SUSTENTABILIDADE
SOCIOCULTURAL: O CASO
DOS PATAXÓ NO EXTREMO
SUL. **Revista GeoUECE
(Online)**, v. 7, n. 12, p. 48-68,
jan./jun. 2017. ISSN 2317-028X.

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -
Campus do Itaperi, Fortaleza/CE



POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL: O CASO DOS PATAXÓ NO EXTREMO SUL DA BAHIA

PUBLIC TOURISM AND SUSTAINABILITY POLICIES SOCIO-CULTURAL: THE CASE OF THE SOUTH END PATAXÓ OF BAHIA

Clébia Rodrigues de Carvalho ¹

¹ Professora da Educação Básica II, com mestrado em Geografia Física pela Universidade de São Paulo - USP (2008). E-mail: < biageo@usp.br >.

RESUMO

É sabido que, em meados da década de 1990, no extremo sul da Bahia, na região turística “Costa do Descobrimento”, vivem os índios Pataxó. A atividade econômica do turismo teve e continua tendo um enorme papel no desenvolvimento socioeconômico e cultural dessa região e particularmente para essa comunidade, quando o município de Porto Seguro e seus arredores receberam um enorme fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, fortalecendo o segmento do turismo de massa, que se caracteriza pela procura por locais de praia e sol. Em contrapartida, a população indígena Pataxó observava que manter viva a sua cultura poderia servir como um meio de sustentabilidade sociocultural para o próprio grupo étnico, uma vez que o turismo quando planejado, pode contribuir para o “resgate da cultura”, pelo fato de estimular a divulgação e manutenção de suas tradições, a qual foi concretizada pela criação da Reserva da Jaqueira, instituída em 1998.

Palavras-chave: Pataxó, “resgate de cultura”, índio turístico, políticas públicas de turismo e sustentabilidade sociocultural.

ABSTRACT

It is known that, in the mid-1990s, in the extreme south of Bahia, in the tourist region "Costa do Descobrimento", live the Pataxó Indians. The economic activity of tourism had and continues to play a huge role in the socioeconomic and cultural development of this region and particularly for that community, when the municipality of Porto Seguro and its surroundings received a huge influx of domestic and foreign tourists, strengthening the tourism segment of Mass, which is characterized by the search for places of beach and sun. In contrast, the Pataxó indigenous population had observed that keeping their culture alive could serve as a means of socio-cultural sustainability for the ethnic group itself, since tourism, when planned, can contribute to the "rescue of culture" by stimulating The dissemination and maintenance of its traditions, which was materialized by the creation of the Jaqueira Reserve, established in 1998.

Key words: Pataxó, "culture rescue", tourist Indian, public tourism policies and socio-cultural sustainability.



1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto teórico de Knafou (1996, p.71), sobre a “turistificação dos lugares” este artigo pretende correlacionar como os planejadores e promotores territoriais transformam os lugares em lugares turísticos com a finalidade de (re)ordenar o planejamento, que segundo Sansolo (2002), pode ser

[...] governamental ou feito pela iniciativa privada (agentes de mercado). Os governos, por meio de políticas públicas, podem usar de planos para que uma determinada porção do território, ou mesmo para que todo o território de um país, possa se desenvolver através do turismo (SANSOLO, 2002, p.153).

É sob essa perspectiva que analisaremos o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil¹, como instrumento de execução das políticas para o desenvolvimento da atividade turística, em particular para a região da “Costa do Descobrimento”, na qual se insere a população indígena Pataxó.

Assim sendo, este programa propõe

[...] transformar a ação, antes centrada na unidade municipal, em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada (ROTEIROS DO BRASIL, 2006, p. 6).

Este modelo de desenvolvimento turístico pretende buscar

[...] o aumento da competitividade do setor e promover o respeito à cultura e ao meio ambiente, de modo a harmonizar a força e o crescimento do mercado com a distribuição da riqueza (ROTEIROS DO BRASIL, 2006, p. 6).

Essa visão institucional será analisada à luz da sustentabilidade sociocultural.

¹ Este programa foi adotado em janeiro de 2003, na gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva instituído pelo Ministério do Turismo – MTur e logo depois foi lançado o Plano Nacional de Turismo, criado pela nova Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Este órgão lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BENI, 2006).



O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi iniciado na gestão do presidente Itamar Franco, a partir de 1996, sobreviveu até o final da gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 2002 (BENI, 2006, p. 12). Esse programa entrou em vigor em todas as regiões do Brasil, buscando atingir o maior número de Estados e municípios com potencialidades turísticas.

Os estudos realizados nesta pesquisa permitem afirmar que há atualmente, uma enorme tendência de incentivar o turismo como fator de desenvolvimento local, fundada nos princípios da descentralização ora em curso, inserindo agora, novos outros atores hegemônicos da atividade turística, ou seja, governo federal; governo de estados; municípios e participação da comunidade.

Tal tendência tem por finalidade preservar as características culturais de um determinado grupo social, surgindo sobremaneira, o processo de municipalização do turismo com o fortalecimento do poder público municipal, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade.

Dessa forma, somam-se esforços para planejar e administrar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo em localidades turísticas.

Como nos informa Cruz

[...] as políticas públicas materializam-se em um documento público no qual estão reunidos os pensamentos do setor público, ou seja, os objetivos, as diretrizes, as metas e as estratégias, relativos à organização e ao desenvolvimento de um determinado setor, em um dado território (CRUZ, 2002, p. 40).

Assim sendo, uma política pública conforme a autora (CRUZ, op.cit.), é parte do processo de planejamento² governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou não relativamente a um dado setor da vida social³.

² De acordo com Sansolo & Cruz (2003), planejamento é um processo contínuo de tomadas de decisão voltada para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins. Como processo, o planejamento tem um forte sentido de intangibilidade e não pode, portanto, ser confundido com um plano, que é um documento que reúne determinado tema/área/setor. Planejamento governamental nada mais é do que o planejamento que se faz no âmbito das administrações públicas, considerando-se suas diferentes escalas de gestão (CRUZ; SANSOLO, 2003, p. 3).

³ Segundo Colin Michael Hall (Planejamento Turístico: políticas, processos, relacionamentos. São Paulo. Contexto: 2001: 26), política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor, citado em (2003, p.3).



Sob esse viés, a política pública se funde ao próprio processo de planejamento, com a diferença de que o planejamento é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento, ou seja, com o fazer de uma ação ou a completa omissão frente aos problemas sociais.

Quando à política pública se refere ao turismo, podem ocorrer vários desdobramentos de uma política de turismo para outras políticas específicas, como por exemplo, uma política de *marketing* turístico, de capacitação de mão de obra para o turismo, de apoio ao artesanato local/ regional, etc (CRUZ; SAN SOLO, 2003, p.3). Nesta, a Política Nacional de Turismo,

[...] tem como finalidade promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do país e, como principal objetivo estratégico, promover o desenvolvimento local nos municípios turísticos através da municipalização, da formatação de novos produtos, da democratização do turismo interno, da geração de oportunidades de negócios, da melhoria da infraestrutura turística e básica e da qualidade de serviços (MTur, 2003).

O turismo ao se apropriar dos lugares, valoriza-os como um produto a ser consumido e a paisagem é logo percebida e exposta como uma mercadoria a ser consumida pelo turista. Para tanto, basta verificar as ações antrópicas e os inúmeros investimentos, tanto da iniciativa pública, privada, como de organismos internacionais, destinados em torno de áreas turísticas. Os investimentos carreados a esse setor crescem em escalas gigantescas, em alguns casos, chegam a ser uma das prioridades entre as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico para o país, cidades e regiões.

Talvez, o turismo possa trazer resultados benéficos para o Brasil, desde que seja combinado com um bom planejamento e como as políticas públicas desenvolvidas no país irão articular e viabilizar a questão do emprego, bem como a enorme disparidade socioeconômica entre ricos e pobres, questões essas latentes à nossa realidade.

Nessa sucessão de dilemas, se insere a “turistificação dos lugares”, ou seja, a produção de lugares turísticos, conjugada com as políticas de turismo nacional e internacional, nos quais são indiferentes às características dos lugares, contemplando na maioria das vezes interesses de atores hegemônicos, em detrimento de uma política de sustentabilidade sociocultural e ambiental.



2. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Nas últimas décadas, principalmente, a partir da década de 1990, vem crescendo, em escala mundial, a preocupação com a preservação da natureza e o fortalecimento das populações locais e dos direitos humanos. O bem-estar social passou a ser reivindicado em todos os lugares do mundo; por isso o conjunto dos setores responsáveis pelo turismo deverá atuar na busca de soluções concretas para os impasses que a atividade turística possa vir a acarretar. O turismo vem utilizando bastante o termo sustentabilidade⁴. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer a origem do termo.

O termo, portanto, de turismo sustentável fundamenta-se no próprio princípio universal de sustentabilidade, que implica na necessidade de conservar os recursos para que as futuras gerações possam utilizá-las e desfrutá-las com os mesmos direitos das gerações atuais (PIRES, 1998, p. 174). Esse termo está intimamente ligado à sustentabilidade dos meios natural e cultural, considerados como atrativos básicos do turismo.

Assim sendo, o princípio da sustentabilidade aplicado ao turismo pode ser definido como algo que vai além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais e a satisfação dos turistas.

Ao mesmo tempo, devemos ter uma certa cautela em fazer uso do termo sustentabilidade, para que o mesmo não caia na banalização, pois fazer uso do

⁵ De acordo com Furlan (2003), esse termo surgiu no ano de 1713 quando Carlowitz utilizou-o para se referir à exploração de florestas cultivadas na Alemanha. Seu significado para a época era restrito a qualquer prática de utilização do solo que garantisse em longo prazo rendimentos econômicos estáveis (FURLAN, 2003, p. 54). Foi a partir da década de 1980 que começou a ser utilizada a expressão “turismo sustentável”, tomando emprestado da ecologia natural a noção de sustentabilidade com implicações do Relatório *Brundtland*, também conhecido como Nosso Futuro Comum, mas foi no início da década de 1990 que o termo passou a ser utilizado com maior frequência. Segundo Pires (1998), o termo sustentabilidade é introduzido no turismo como um modelo de desenvolvimento turístico planejado no sentido de assegurar a sua permanência a longo prazo, integrando as comunidades locais e buscando através da gestão e otimização dos recursos, em contraposição ao turismo convencional de sol e praia cujas premissas de funcionamento são as de maximização da rentabilidade no espaço e no tempo, exploração intensiva dos recursos e a marginalização das comunidades locais (PIRES, 1998, p. 174).



termo não implica na adoção da prática da preservação da natureza, bem como o respeito à cultura e ao meio ambiente.

Vários outros termos derivam do mesmo termo, como “crescimento sustentável”, “uso sustentável” e “desenvolvimento sustentável”, cada um com sua carga de significações.

De acordo com Pires (1998),

[...] toda e qualquer atividade turística pode e deve ser sustentável e essa premissa contempla tanto o turismo convencional como todos os demais tipos alternativos de turismo (PIRES, 1998, p. 174).

Nesse sentido, conforme Furlan (2003),

[...] qualidade se constrói e se desenvolve numa cultura. É algo inteligível de uma cultura. Não tem existência exterior. Existe numa relação, surge de uma observação e de um observador (FURLAN, 2003, p. 55).

Assim sendo, a cultura pode ser considerada dinâmica, mas é vital mantê-la como forma de se evitar danos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais.

Para isto, vamos nos basear na elaboração das ecoestratégias do desenvolvimento e do planejamento, tratando de algumas dimensões de sustentabilidade, conforme as ideias de Sachs:

1. Sustentabilidade social – é a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e reduzir a distância entre os padrões de vida dos mais ricos em relação aos mais pobres;
2. Sustentabilidade econômica - possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.
3. Sustentabilidade ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, redução do consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.
4. Sustentabilidade espacial – é aquela voltada para uma melhor distribuição geográfica dos assentamentos turísticos, evitando a concentração excessiva de pessoas, de equipamentos e de infraestrutura turística e a diminuição da destruição dos



ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade do atrativo turístico, bem como da experiência do turista.

5. Sustentabilidade cultural – buscar soluções de âmbito local, levando em consideração a identidade cultural e o modo de vida das populações autóctones, assim como a participação da comunidade nos processos decisórios e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico (SACHS, 1993, p. 24 - 27).

Observa-se que esses princípios norteadores do turismo sustentável deveriam estar em conjunto com as políticas públicas desenvolvidas no Brasil, necessária para uma melhor reflexão e reformulação do pensamento do setor público, relativo ao (re)ordenamento de um determinado setor, inclusive o setor de turismo.

Logo, as políticas públicas de turismo precisam ser repensadas em função da própria dinâmica da atividade. Ao “acreditar” que o turismo seja um vetor de desenvolvimento positivo para a comunidade local, ou seja, se bem planejado, o turismo poderá ser uma alternativa válida para geração de empregos e renda.

Entretanto, sem o devido planejamento e (re)ordenamento das ações do turismo, provocará enormes impactos⁵ socioambientais. O excesso de habitantes temporários (turistas) intervém no meio ambiente natural e humano, na medida em que a paisagem está constantemente sendo modificada pela ação humana e modificadora do espaço, pois os impactos, principalmente os adversos estão impressos na paisagem.

E que o turismo seja de fato, mais uma possibilidade de resgate, manutenção e valorização da sustentabilidade das populações indígenas, em particular da cultura indígena Pataxó que vivem no extremo sul da Bahia.

Para, enfim, melhor assimilar sobre o “turismo sustentável” que se quer atingir na população indígena Pataxó, é pertinente que esclareçamos o conceito de desenvolvimento local, de Coriolano (1998), que diz:

⁵Para Sánchez, impacto ambiental é qualquer alteração do meio ambiente provocada por ação humana, então fica evidente que tal alteração pode ser benéfica ou adversa (SÁNCHEZ, 2006, p. 31). Embora o foco maior se dá sobre os impactos ambientais negativos, e é sobre esses impactos negativos que a lei exige a elaboração desse estudo.



[...] o desenvolvimento local significa acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro (CORIOLANO, 1998, p. 24).

Partindo dessa premissa, quanto maior a disparidade socioeconômica entre ricos e pobres, menor será o desenvolvimento nacional, regional e local. No tocante ao turismo, a sustentabilidade sociocultural se baseia no desenvolvimento em escala humana e na possibilidade de diminuir a distância estrutural entre pobres e ricos, no país.

3. TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS

Todo turismo deve ser desenvolvido respeitando os princípios da sustentabilidade, que é um instrumento para a preservação de ecossistemas, paisagens, valores, tradições e culturas locais e regionais. Dessa forma, o turismo cultural é definido como:

[...] as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (ROTEIROS DO BRASIL, 2006, p. 14).

Sob o olhar de Andrade (2002), o turismo étnico também seria um tipo de

[...] turismo cultural que é caracterizado pelo desejo de satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humana (ANDRADE, 2002, p. 71).

Dessa forma, desponta como tendência para o mercado turístico, a busca constante em conhecer a cultura dos povos primitivos. O turismo de base etnológica surge como possibilidade de resgate cultural, bem como alternativa de sobrevivência econômica para toda a população Pataxó.

Nota-se, portanto, que da década de 1990 para cá, a política nacional de turismo continua com a expectativa de fortalecimento do mercado interno, com ênfase na função social do turismo, objetivando transformar a atividade em um



mecanismo de melhoria do Brasil e um importante indutor da inclusão social, bem como gerador de emprego e renda.

Nessa perspectiva, a grande maioria dos turistas chega em voo *charter*⁶ ou em ônibus de grandes operadoras nacionais, como é o caso por exemplo da CVC, que domina à prática do turismo nessa localidade.

Não se pode deixar de salientar a importância dos agentes criadores e propagadores de redes pelo território,

[...] operadoras e agências de viagens têm papel fundamental na organização de redes de destinos turísticos e comandam, muitas vezes à distância, a formação e as dinâmicas de funcionamento dessas redes (CRUZ, 2007, p.34).

É o caso, por exemplo, da CVC, que possui uma enorme representatividade como operadora de turismo no território nacional e em particular na cidade de Porto Seguro, tendo a sua sede instalada em São Paulo, o que em parte explica o processo de terceirização do turismo receptivo.

O paradoxo é que, apesar da expressiva presença indígena na região, marco físico e simbólico do descobrimento do Brasil, nem a FUNAI, nem a CVC, nem os próprios municípios de Santa Cruz Cabrália e de Porto Seguro elaboraram projetos turísticos incluindo os Pataxó. O atrativo histórico maior foi a “baianidade”. Tanto assim que muitos índios acabam identificando-se como “índios – baianos” (ROTEIROS DO BRASIL, 2006, p.49).

De uma maneira geral, os índios Pataxó têm consciência de que os turistas não fazem suas viagens na expectativa de encontrarem indígenas e sabem também que os guias turísticos, donos de pousadas e outros agentes turísticos sugerem aos turistas o aspecto aculturativo do grupo étnico, que, na maioria das vezes, é corroborado pelos visitantes.

Não obstante, os Pataxó elaboraram um trabalho de “resgate da cultura”, com o objetivo de fazer sobressair a cultura⁷ indígena. Assim, em vez de o

⁷ Entende-se como *charter* um voo em uma aeronave, normalmente, fretada (MTur, 2006).

⁸ Segundo Canclini (1985), a discussão sobre cultura é intensa, os conceitos são inúmeros e às vezes contraditórios; buscamos aqui a interpretação do que é cultura a partir da ciência antropológica, que a tem como “objeto natural”. Quando pensamos em cultura, pensamos em uma série de elementos, como hábitos, valores, formas de pensar, interpretar e juízos sobre o mundo. Cultura corresponde à produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólicas das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, a cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido. Assim, a cultura



turismo agir de modo degradante sobre a cultura indígena, age de modo contrário,

[...] fazendo os Pataxó emergirem de forma diferenciada na região, e proporcionando, mesmo que indiretamente, uma produção cultural indígena recente e instrumental, que visa a construção de traços culturais constituintes da identidade étnica e que os mostra não como índios aculturados ou em aculturação, mas como sujeitos criativos e inventivos que geram sua própria cultura com base em elementos seletivamente acionados a partir de origens diversas (GRÜNEWALD, 2001, p.133).

Nessa perspectiva, a comunidade⁸ indígena procura estabelecer uma continuidade histórica – são “povos testemunho”, já que se consideram os descendentes dos índios do “descobrimento do Brasil” – assim como por uma “tradição reinventada”, com o “resgate da cultura”, ou seja, o resgate da língua, música, dança, ritos, objetos de artesanatos, etc.

Ainda no que diz respeito à proposta “resgate de cultura e o índio turístico”, Grünewald (2001), afirma que

[...] os elementos de cultura que são exibidos nas arenas turísticas são acionados pelos índios como suas tradições. Certamente, Hobsbawm; Ranger (1997), ao abordar o tema A Invenção das Tradições na sociedade contemporânea, estabelece uma distinção entre as sociedades complexas e as sociedades tradicionais, de modo que, no primeiro caso, pode-se afirmar que as tradições são inventadas e que, no segundo, as tradições seguem as regras da história e dos direitos naturais (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9 – 23).

Corroborado por Oliveira (2006),

[...] a cultura pode ser considerada como dinâmica, ou seja, passa por um processo constante de reformulação na sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 2006, p. 103).

Diante desse olhar, por “tradição inventada”, segundo Hobsbawm e Ranger

aparece enquanto aspectos que garantem a perpetuação da coesão social ou sua transformação (CANCLINI, 1985, p. 29).

⁹ O ponto de partida deve ser a clássica posição de Weber (1921), para quem a comunidade deve ser apreendida conforme é sentida subjetivamente por seus membros como uma marca característica comum e dispensando, dadas as crenças subjetivas daí decorrentes, como a crença no parentesco de origem, o estabelecimento de fronteiras bem delimitadas, citado por (GRÜNEWALD, 2001, p. 66).



[...] entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.

Nesse contexto, Hobsbawm & Ranger, faz uma distinção entre o que é “tradição” e o que vem a ser “costume”.

[...] a “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora, seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao atual (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 10).

Assim, nos dias atuais, a concepção naturalista de tradição está sendo abalada pela modernidade, uma vez que esta penetra na vida cotidiana, moldando costumes e hábitos.

Já para Grünewald (2001), no processo de criação de tradições, entre os

[...] Pataxó tem-se uma orientação seletiva, baseada nas correntes culturais em fluxo translocal e de suas co-tradições e dos seus “parentes” (índios em geral), para o que deve e o que não deve entrar como elemento constitutivo de uma determinada tradição. É difícil, porém, para a maioria dos índios, reconhecer um trabalho de “invenção de tradições”, preferindo comunicar um “resgate da cultura”. Para Barth (1993), sustenta que, tradições são articuladas por pessoas com algum grau de conhecimento especial e posições distintas nas organizações sociais relevantes (BARTH, 1993 citado por GRÜNEWALD, 2001, p.135).

Segundo os índios, a tradição “que sempre existiu” é o Auê: dança (cantada) que segue um único “passo” e que sempre foi realizada nos seus encontros cerimoniais representando a “reunião espiritual dos índios na alegria”. Afora isso, só há lembrança do uso de uns poucos adornos (tanga principalmente) e artesanato de uso próprio.



As tradições atualmente exibidas pelos Pataxó foram geradas num movimento de produção cultural iniciado na segunda metade dos anos de 1960, quando os índios foram chamados para fazer uma “representação de cultura”, isto é, dançar em uma inauguração promovida por agentes externos (prefeitura, operadoras de agências de viagens, FUNAI, etc.).

De fato, essas representações começaram a ocorrer com mais frequência, principalmente na cidade de Porto Seguro no início dos anos de 1970, quando já se salientava um *marketing* do Descobrimento do Brasil como atrativo empresarial e turístico na região (GRÜNEWALD, 2001, p. 135-136).

Essas representações de cultura conforme Grünewald (2001),

[...] são extremamente importantes para os Pataxó não só pela “feira” (valor econômico), mas principalmente pela oportunidade de se fazerem vistos, de se tornarem visíveis como índios legítimos para o público que os assistia (GRÜNEWALD, 2001, p. 136).

Foi a partir daí que os índios Pataxó começaram a se promoverem como “índios do descobrimento”. Essa invenção histórica vai ser a base de sustentação de seu *marketing* turístico e, ao mesmo tempo, um instrumento de tradição que se opõe à cultura não-indígena, de forma que a venda do artesanato sob a cruz da primeira missa contribui para o fortalecimento da ideia do índio turístico.

Dessa forma, os índios se mobilizam e se apresentam como atração turística. Além disso, ofertam sua cultura para consumo, no mercado turístico ou arena turística, garantindo assim, a sobrevivência econômica do próprio grupo.

Na década de 1970 essa modalidade de turismo foi reforçada e promovida por certas populações indígenas que começaram a comercializar as tradições culturais, se inserindo como atrativo turístico, a cultura e o espaço que habitavam. Com base na venda desse exotismo, os habitantes dessas aldeias foram capazes de perceber a sua própria cultura como atrativo turístico, mas exigiam o compromisso entre os próprios indígenas em manter suas tradições e costumes transmitidos às futuras gerações.

O turismo étnico indígena não é uma nova forma de turismo, conforme esclarece Grünewald (2001), ao mostrar que o primeiro relato sobre o turismo indígena ocorreu nos anos sessenta numa aldeia mexicana.



Em relação aos índios Pataxó, ocorre uma encenação (realizada todo dia 26 de abril – primeira missa e promovida pela Associação Cultural Arte e Ecologia de Santa Cruz Cabrália), ao ar livre na Coroa Vermelha sobre a chegada de Cabral, os primeiros contatos com os índios e a celebração da primeira missa (GRÜNEWALD, 2001, p.142).

Isso permitiu fazer um novo uso do turismo ao utilizá-lo como resgate cultural dos povos indígenas e, também, como instrumento para o desenvolvimento local.

As populações indígenas observaram que manter viva a sua cultura poderia servir como um meio de sustentabilidade sociocultural para o próprio grupo étnico.

De uma maneira geral, turismo é sempre uma forma de relações étnicas, e isso seria segundo Van Den Berghe; Keyes (1984, p.346), citado por Grunewald, 2001, p.142).

[...] duplamente verdade no caso do turismo étnico, onde a própria existência da fronteira étnica cria a atração turística”, ou seja, quando “exotismo étnico é buscado, então uma forma distinta de turismo pode ser identificada – “turismo étnico”. No turismo étnico, o nativo não está simplesmente “lá” para servir às necessidades do turista; ele está ele mesmo “em exposição”, um espetáculo vivo a ser escutado, fotografado [...] (GRÜNEWALD, 2001, p. 142).

Van Den Berghe vai além, afirmando que o turismo étnico representa a

[...] última onda da expansão do capitalismo explorador para a mais remota periferia do sistema mundial [...]. Povos do Quarto Mundo que foram primeiro repelidos para regiões de refúgio – as ‘reservas nativas’ dos colonizados – estão agora sendo ‘redescobertos’ como um recurso turístico (VAN DEN BERGHE, 1994, p. 10 citado por GRÜNEWALD, 2001, p. 57).

E é em decorrência das péssimas condições de vida que levam os índios Pataxó, quando são observados vendendo artesanato nas estradas da região, indicam ainda, a forma perversa de tratamento, dadas a essas populações. Assim sendo, se tornaram uma atração turística primordial para viajantes (turistas), que buscam um outro primitivo, autêntico.

Para esses autores, a busca pelo exótico está se autodestraindo por causa

[...] da influência esmagadora do observador sobre o observado, ou seja, a própria presença do turista tornaria o nativo menos



exótico e tradicional, transformando-o num *touree*⁹, isto é, num ator que modifica seu comportamento para lucrar de acordo com essa percepção de que é atrativo para o turista. O turista quer ver “nativos intactos”, mas sua própria presença mudaria os nativos ao torná-los menos exóticos e “tradicionais” (mais parecidos com o próprio turista) e ao incentivar que eles se transformem em *tourees*. Estes, na medida em que respondem ao turista fazem dele seu negócio ao preservar uma ilusão acreditável de autenticidade. O *touree* falsifica sua arte, sua roupa, sua música, sua dança, sua religião, e assim por diante, para satisfazer a sede do turista étnico por autenticidade ao mesmo tempo em que a invasão turística assalta sua cultura e sujeita-se ao processo homogeneizante conhecido como modernização (VAN DEN BERGHE; KEYS, 1984, p. 346 citado por GRÜNEWALD, 2007, p. 5).

Assim, a procura turística por autenticidade estaria condenada pela própria presença dos turistas e, para o turista étnico, o turismo destrói a própria coisa que ele procura ver: o nativo intacto.

No que se refere aos Pataxó, não há falsificação das suas tradições, mas criação de elementos culturais de caráter tradicional. Como a cultura é dinâmica, ela pode garantir a perpetuação da coesão social ou sua transformação. Em relação às tradições do povo Pataxó, elas estão em constante renovação, frente ao crescente fluxo turístico sob o viés da modernidade.

Confirmado por Grunewald (2001), não se pode esperar dos Pataxó uma imagem de selvagens, mas de um povo em constante transformação cultural tal como os próprios segmentos de turistas observadores (GRÜNEWALD, 2001, p. 57).

Contraopondo turismo étnico a cultural, Wood estabelece que o

[...] turismo étnico poderia ser definido pelo seu foco direto sobre as pessoas vivendo uma identidade cultural cuja singularidade está sendo comprada por turistas. Já o cultural se definiria em termos de situações em que o papel da cultura é contextual, [...] está para moldar a experiência do turista de uma situação em geral, sem um foco particular sobre a singularidade de uma identidade cultural específica (WOOD, 1984, p. 361 citado por GRÜNEWALD, 2001, p. 55).

¹⁰ Segundo os autores, o *touree* é o nativo quando ele começa a interagir com o turista e modificar seu comportamento conformemente. O *touree* é o nativo que virou ator, quer consciente ou inconscientemente - enquanto o turista é o expectador (Van Den Berghe; Keyes, 1984, p. 346 citado por Grunewald, 2001, p. 56).



Todavia, na maioria das vezes, tanto o turismo étnico quanto o chamado turismo cultural, não possibilitam a troca de experiências, já que à cultura do outro primitivo é vista apenas como um mero espetáculo a ser observado pelo turista.

Com experiência própria (Carvalho, 2003), ao fazer o trabalho de campo em 2001, 2002 e 2003 e tão logo estava por finalizar a monografia de final de curso (TGI), procurei me colocar enquanto turista e como observadora, já que presenciei os costumes e hábitos da cultura do povo Pataxó na reserva da Jaqueira, além de realizar entrevistas com o presidente Jandaia da Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR).

Dessa forma, o Projeto Jaqueira (1998) promoveu a interação entre os dois grupos, ou seja, turista e as práticas culturais do povo Pataxó.

Nesse sentido, o Projeto Jaqueira que foi instituído em 1998, quando ocorreu a desapropriação da área e demarcação da reserva indígena Pataxó no município de Santa Cruz Cabrália. De acordo com a entrevista dada pelo presidente Jandaia da Associação Pataxó de Ecoturismo (ASPECTUR), ele relatou o seguinte fato:

“[...] a reserva Pataxó da Jaqueira fica localizada no município de Porto Seguro, com uma área aproximada de 847 ha de Mata Atlântica destinada à preservação ambiental, na qual pertence à Terra Indígena Coroa Vermelha”.

Segundo Jandaia,

“[...] A área era de um empresário do grupo Empreendimento Góes Cohabita, no qual planejava a construção de loteamento no local, abrindo estradas no meio da Mata Atlântica e extraíndo recursos como madeira, areia e barro, além da agropecuária, principalmente, produção de plantio de coco da bahia, mamão, mandioca, cacau, borracha coagulada (látex), café e a cana de açúcar, bem como a produção de pastagens de braquiária para a criação de gado”.

Conseqüentemente, à área que seria desmatada para a construção de loteamentos, foi demarcada e entregue aos índios Pataxó, criando dessa forma,



o Projeto Jaqueira em 1998, com a proposta de preservar esse remanescente de Mata Atlântica existente nessa região. Ainda de acordo com Jandaia:

“[...] e a gente aqui, nós tinha a necessidade de ter uma área assim de mata, pra que a gente pudesse ter e tá mostrando os animais que tem por aqui, mostrar as árvores pros nossos filhos da gente que não conhecia ainda nenhuma espécie de animais. Aí a nossa ideia foi de preservar pra mostrar pros nossos filhos, netos, né, e também é um lugar mais reservado pra poder a gente tá buscando o contato com os nossos antepassados e também mais reservado assim pra gente tá fortalecendo a cultura que já tava bem também esquecida, né”.

Todavia, ao se consolidar o Projeto Jaqueira em 1998, outras necessidades começaram a surgir na comunidade indígena Pataxó, além de plantar, colher, caçar, pescar e produzir artesanato, uma vez que já estavam ocupando uma reserva de Mata Atlântica, remanescente de vegetação que atualmente passa por um intenso processo de degradação ambiental.

Vale a pena observar que a Mata Atlântica é o bioma brasileiro que concentra a maior diversidade da flora e da fauna, mas da área que originalmente ocupava, só restam atualmente aproximadamente 7% (SEI, 1996), apesar dos esforços da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal em procurar manter a preservação desse frágil ecossistema ecológico. Assim sendo, apesar da riqueza e da diversidade ecológica existentes nesse território, a grande problemática é garantir de fato a sobrevivência futura desse povo. Por tais motivos, os índios Pataxó passaram a desenvolver a ideia de um projeto turístico nessa área, como forma de sobrevivência e de “resgate da sua cultura”.

Esse Projeto na reserva da Jaqueira vem romper então com uma lógica apontada por Oliveira (1987) como muito comum e utilizada até mesmo pelas instituições governamentais de promoção, apoio, proteção aos direitos dos povos indígenas como a FUNAI,

[...] tentando atuar na interface índio/regional, a FUNAI tem procurado eliminar a exploração da terra e do trabalho indígena; não vê que, assim fazendo, assume, com frequência, o lugar e o papel do empresário, simplesmente por colocar em primeiro lugar a “renda do patrimônio indígena”, substituindo a lógica da subsistência – tradicional nas comunidades tribais – pela lógica da acumulação, inerente à sociedade capitalista envolvente (OLIVEIRA, 1987, p. 197 citado por LEME; NEVES, 2005, p. 6).



Diante de tal fato, os índios Pataxó procuraram promover o contato do índio com o não-índio, em que os turistas podem experimentar a culinária indígena, praticar pintura corporal, comprar artesanato, percorrer trilhas na mata, escutar suas histórias, observar a sua dança e sua música, contribuindo sobremaneira, para a sobrevivência do povo Pataxó, bem como preservar a área da reserva da Jaqueira (remanescente de Mata Atlântica) e possibilitando a criação de programas de ecoturismo¹⁰ e educação ambiental¹¹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações acima delineadas, podemos constatar que o turismo em áreas indígenas é fruto de experiências que alguns autores propuseram em seus estudos para relacionar a presença de turistas em áreas indígenas.

Com o propósito de ‘resgate’ cultural e na sustentabilidade da etnia como é o caso dos Pataxó no extremo sul da Bahia, apesar de no início servir de pressão contra os próprios indígenas em decorrência da diminuição das suas terras e conflitos entre fazendeiros locais, além da ocupação do espaço em virtude da expansão de grandes projetos imobiliários, os índios foram perdendo o seu lugar para o turismo (des)ordenado, tornando difícil a sobrevivência e o acesso ao próprio local.

¹⁰ Ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente sem distúrbios, para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir -, e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporciona baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. Conceito de CEBALLOS-LASCURÁIN (1993, citado por PIRES, 1998, p.190), adotado pelo Programa de Ecoturismo da IUCN.

¹¹A Educação Ambiental (EA), no discurso dos processos sociais instituintes, nasce da sensibilidade de aliar conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural com uma nova consciência de valores de respeito aos seres humanos e aos recursos naturais, com perspectiva de formar uma consciência ambiental através da difusão de novos valores resultando talvez numa dimensão culturalmente consciente de atitudes ecológicas (SOARES; OLIVEIRA, 2010, p.7-8).



Dessa forma, é importante salientar que o turismo quando planejado pode contribuir para o 'resgate' da cultura indígena, pelo fato de estimular a divulgação e manutenção de suas tradições (música, dança, ritos, artesanatos, culinária, etc.) e os turistas são os principais consumidores das suas peças e sua cultura.

Nesse contexto, o contato com o outro que outrora gerou uma série de conflitos entre o homem branco europeu e o indígena trouxe a possibilidade de manter as condições de sobrevivência enquanto minoria étnica. Esse contato se deu através do ecoturismo e com o turismo em áreas indígenas.

Os impactos adversos e benéficos que poderão advir da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios socioeconômicos e ambientais, esperados em nível local, regional e nacional.

Assim sendo, a comercialização do artesanato pelos índios Pataxó é uma tradição (re)inventada como alternativa de sobrevivência pelo próprio grupo étnico.

Desde então, os índios Pataxó realizavam apresentações como índios do descobrimento. No entanto, a cultura indígena não era divulgada como um atrativo em Porto Seguro, e os índios não participavam do lucro gerado pelo turismo na região. Foi somente a partir dos eventos de comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil que foram construídos o Centro Comercial Indígena e o Museu do Índio, transformando à cultura indígena intimamente relacionada à história do Brasil num atrativo cultural de Porto Seguro.

Diante desse contexto, a Terra Indígena da Coroa Vermelha ficou estabelecida entre gleba A (praia) e gleba B (mata), havendo nessa segunda uma área de Mata Atlântica, que visa o desenvolvimento do "turismo ecológico", o estabelecimento da escola indígena e de um posto de saúde. Todas essas conquistas estão relacionadas com a criação do Projeto Jaqueira (1998), além de trazer a possibilidade de uma nova fonte de sobrevivência para toda a população Pataxó.

Em relação aos impactos benéficos/positivos diante da implantação do Projeto Jaqueira para a população Pataxó, não se esgotam apenas na questão dessas conquistas acima citadas. Do ponto de vista cultural os resultados foram



extremamente positivos no que diz respeito ao ‘resgate’ do orgulho de ser Pataxó, bem como a manutenção da sua cultura e da sua herança indígena.

Uma outra questão é a discriminação sofrida pela população Pataxó em Coroa Vermelha, por parte da comunidade local, assim como para a grande maioria dos turistas, alegando falta de “autenticidade” em relação aos índios. O não-índio espera, ainda nos dias de hoje, encontrar índios confinados na mata e se surpreende ao observar que os índios estão utilizando objetos eletroeletrônicos os mais modernos, tais como: telefone celular, *notebook*, *tablets*, antenas parabólicas, televisores de última geração e até índios com motos e carros.

Diante do que foi exposto, o turismo se torna uma alternativa econômica bastante positiva para a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental para o próprio grupo étnico.

Dessa forma, o Projeto Jaqueira (1998) tem seu sucesso enquanto turismo étnico ou cultural pelo caráter de experiência que promove entre índios e não-índios, ou seja, turistas.

Além disso, o turismo étnico poderia efetivar alguns preceitos do planejamento que tratam de algumas dimensões de sustentabilidade, conforme as ideias de Sachs (1993), que são as ecoestratégias de desenvolvimento acima descritas.

É importante salientar o descaso que pautou as relações entre o homem branco europeu e os diversos grupos étnicos brasileiros, em particular para os índios do extremo sul da Bahia, relações essas baseadas na apropriação de todas as suas riquezas espirituais e materiais.

Diante do ocorrido, o turismo surge como uma alternativa de sobrevivência para o próprio grupo étnico e o Projeto Jaqueira (1998) contribuiu bastante, não só para a preservação ambiental, mas, principalmente, para a afirmação cultural dos índios Pataxó, em que são desenvolvidas atividades de resgate dos costumes e tradições indígenas, bem como são desenvolvidos nesta área programas de ecoturismo e educação ambiental.



5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. J. **Turismo – fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2002.
- BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Sociocultural – Princípio Fundamental**. Brasília, DF, 2006.
- _____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007**. Brasília, DF, 2003.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, C. R. de. **Os Impactos Socioambientais do Turismo na “Costa do Descobrimento” – BA: O caso de Porto Seguro e arredores**. São Paulo, 2003. TGI (Trabalho de Graduação Individual). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: O turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CRUZ, R. de C. A. da. **Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- _____. **Políticas de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CRUZ, R. de C. A. da; SANSOLO, D. G. (2003). **Plano Nacional do Turismo: Uma análise crítica**. Disponível na internet. <www.ivt-rj.net> Acesso em 15 de abril de 2014.
- FURLAN, S. A. Ecoturismo do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 54-74.
- GRÜNEWALD, R. de A. **Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- _____. Turismo e o ‘resgate’ da cultura Pataxó. In: BARRETO, M.;
- BANDUCCI JR., A. (Orgs.). **Turismo e identidade local: Uma visão antropológica**. Campinas – SP: Papirus, 2001, p. 127-148.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina C. Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



KNAFOU, Remi. Turismo e território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

LEME & NEVES. Fernanda Beraldo Maciel; Sandro Campos. **Planejamento, turismo e cultura: o contato com o outro como fator de sustentabilidade para movimentos identitários**. Disponível na internet.
<www.nayr.org.ar/turismo/congresso2005/potenciais.htm> Acesso 22 de junho de 2014.

OLIVEIRA, V. M. de. **Turismo, Território e Modernidade: um Estudo da População Indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira)**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006.

PIRES, P. dos S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1998.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**. Trad. Magda Lopes. – São Paulo: Studio Nobel: FUNDAP: 1993.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANSOLO, D. G. **Planejamento ambiental e mudanças na paisagem do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar**. Ubatuba, São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOARES & OLIVEIRA. Ana Maria Dantas; Lia Maria Teixeira de. **Educação Ambiental: Construindo Metodologias e Práticas Participativas**. 2010. Disponível em:
www.Anppas.org.br/encontroanual/encontro2/GT10/ana_maria_dantas.pdf. Acesso em 15 de setembro de 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA SEI. **Celulose e Turismo: Extremo Sul da Bahia**. Série Estudos e Pesquisas, 28. Salvador: SEI, 1996.